

Duas Direitas no espectro ideológico dos partidos políticos brasileiros

Mariani Ferri de Holanda¹ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro |

Resumo

Esse trabalho analisa os Manifestos ou Programas Partidários mais recentes e os Projetos de Lei apresentados pelas lideranças partidárias no decorrer da 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2011-2015) de PSDB, DEM, PP, PR, PSC e PRTB sob o intuito de atestar a existência de uma identidade própria da direita e apontar diferenças programáticas importantes dentro desse espectro, validando a pertinência de uma classificação binomial desses partidos em duas famílias: partidos do “Neoliberalismo Pragmático” e partidos do “Conservadorismo não-elitizado”. Utilizamos o *software* AtlasTi para aplicar as categorias de direita e esquerda desenvolvidas pelo Manifesto Research Group aos documentos estudados, a fim de aferir a posição de cada partido nesse contínuo e agrupá-los nas famílias de partidos supracitadas.

Palavras-chave: Partidos Políticos; Ideologia; Direita; Manifestos Partidários; Projetos de Lei

Abstract

This paper analyzes the most recent Manifests or Party Programs and the Law Projects presented by the party leadership during the 54th Legislature of the Chamber of Deputies (2011-2015) of PSDB, DEM, PP, PR, PSC and PRTB with the aim to point out important programmatic differences within the right spectrum, validating the pertinence of a binomial classification of these parties into two families: parties of the “Pragmatic Neoliberalism” and parties of “Non-elitist Conservatism.” AtlasTi software was used to apply the right and left categories developed by the Manifesto Research Group to the documents studied in order to gauge the position of each party in the left-right continuum and to group them into the above-mentioned party families.

Key-words: Political Parties; Ideology; Right; Party Programs; Law Projects

¹ Doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) e pesquisadora do Laboratório de Estudos Eleitorais, em Comunicação Política e Opinião Pública (DOXA-IESP/UERJ). Mestre em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). Graduada em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Tem interesse nos estudos sobre Instituições Políticas brasileiras e em perspectiva comparada e Partidos Políticos.

1. Introdução

Esse trabalho pretende contribuir para os estudos sobre ideologia, trazendo à discussão a pertinência de uma tipologia analítica binária para a classificação do espectro ideológico dos partidos políticos de direita no Brasil. Buscamos atestar a existência de uma identidade própria da direita e, com isso, demonstrar que há um discurso ideológico presente nos Manifestos ou Programas Partidários² de seus partidos e no comportamento de seus parlamentares. Diferenças nas finalidades programáticas e legislativas dos partidos políticos desse espectro apontam para a possibilidade da classificação de duas “famílias de partidos” (Ennsner, 2010) na direita brasileira: o “Neoliberalismo Pragmático” e o “Conservadorismo Não-elitizado”.

Para tanto, analisamos os partidos através de seus próprios discursos com exame dos Manifestos ou Programas Partidários mais recentes³; de suas práticas, com o estudo dos Projetos de Lei apresentados pelas lideranças partidárias⁴ no decorrer da 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2011-2015) dos seguintes partidos: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Democratas (DEM), Partido Progressista (PP), Partido da República (PR), Partido Social Cristão (PSC) e Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Para o desenho dessa amostra levamos em consideração: 1) partidos mais relevantes e viáveis eleitoralmente (partidos com maior representatividade); 2) partidos que se originaram e/ou se consolidaram no espectro da direita ou à direita; 3) partidos que ganharam relevância midiática nacional lançando candidatos à Presidência na última eleição de 2014 e; 4) partidos que possuem/possuíam bancada expressiva

na composição da coalizão do governo na legislatura estudada. Assim sendo, cada partido obedece respectivamente aos seguintes critérios: PSDB – 1,2 e 3; DEM – 1 e 2; PP – 1,2 e 4; PRTB – 2 e 3; PR – 1,2 e 4 e; PSC – 2 e 3.

O presente artigo é organizado em 4 partes. A primeira faz uma discussão teórica sobre as especificidades do que se entende por direita e esquerda e postula as diferenças entre as tipologias de direita trazidas nesse artigo. Em seguida, debatemos a metodologia utilizada - *Manifesto Research Group* (MRG), seguindo a sugestão de Budge *et alli* (2001) – e apresentamos os resultados da análise dos Manifestos Partidários. Na terceira seção, repetimos o método e demonstramos os resultados para a análise dos Projetos de Lei e articulamos, a partir dos dados obtidos, os pontos de convergência e singularidade dos dois grupos de partidos. Na conclusão, reiteramos que a intensidade das preferências e práticas políticas e discursivas num contínuo neoliberal-conservador corroboram a validade da bifurcação apontada na direita por esse trabalho: “Neoliberalismo Pragmático” de inclinação majoritariamente neoliberal e “Conservadorismo não-elitizado” de tendência conservadora e religiosa.

2. Debates sobre os conceitos de direita e a pertinência da diáde

A diáde esquerda-direita tem sua origem atribuída à localização espacial dos membros da Assembleia Nacional Constituinte Francesa durante a convocação dos Estados Gerais em 1789, quando os delegados ligados à aristocracia, à defesa da monarquia e ao tradicionalismo, sentavam-se à direita do recinto, enquanto os representantes partidários de uma reformulação da ordem política e social e simpatizantes

² Documentos programáticos dos partidos políticos; tido como uma plataforma que representa a imagem, o posicionamento do partido, uma vez que, ele seleciona uma agenda temática de acordo com suas preferências ou intenções.

³ Os Manifestos dos seguintes partidos datam do ano de: Partido Social Cristão – PSC (1990, manifesto de fundação, único produzido pelo partido até então), Partido da República – PR (2006, manifesto de fundação), Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB (2007) e Partido do Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB (2013). Manifestos do Partido Progressista – PP – e do Democratas – DEM – não indicam suas datas de criação, mas consideramos as versões analisadas as mais atualizadas, por estarem nas páginas oficiais desses partidos como o sendo.

⁴ Lideranças partidárias na Câmara dos Deputados durante a 54ª legislatura (2011-2015): deputado Antônio Imbassahy, líder Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Mendonça Filho, líder do Democratas (DEM); Eduardo da Fonte, liderança do Partido Progressista (PP); Bernardo Vasconcellos, liderança do Partido da República (PR); André Moura, líder do Partido Social Cristão (PSC) e; Aureo, líder do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB).

da revolução que se instaurava, dispunham-se à esquerda. No século XIX, a dicotomia refletiu-se em sinônimo de liberalismo (progressismo) e conservadorismo (tradicionalismo). No final do século XIX e início do século XX, a perspectiva marxista incluiu no debate público pautas anti-capitalista e de classe (operária) na agenda da esquerda. Somam-se a esse revigoramento da esquerda nesse período, os debates reformistas da social-democracia e as interpretações trazidas pela Revolução Russa de 1917. Dos anos 1930 a 1950, o keynesianismo, as políticas welfaristas e o estatismo autoritário da União Soviética, reformulam a diáde a partir da oposição Estado forte (esquerda) x liberdade no mercado (direita). Essa polarização se mantém como uma das mais pertinentes chaves analíticas para situar a discussão esquerda-direita atualmente; com a novidade de ser recolocada nos marcos redistributivistas (esquerda) e neoliberal (direita).

Norberto Bobbio (2011) em seu livro *Direita e esquerda: Razões e significados de uma distinção política* desenvolve um dos parâmetros mais reconhecidos para o estabelecimento dessa discussão. Revisitando várias diádes propostas, Bobbio afirma que a igualdade-desigualdade é o único critério presente em todas as dicotomias aventadas, podendo ser entendida, portanto, como um princípio fundador, resistente à usura do tempo e à dissolução a que estiveram sujeitos os outros critérios. Dessa forma, uma refundação da diáde esquerda-direita faz premente uma “reorganização dos critérios derivados “do valor fixo da igualdade” ou do “caráter crucial da igualdade como valor” (2011, pp. 94). Com base nesse pressuposto, o autor investiga o componente relativo da igualdade: “igualdade entre quem, em relação a que e sob quais critérios?” (ibidem, pp. 97). Tomando essas referências, Bobbio conclui que o que melhor caracterizaria os movimentos entendidos como de esquerda é o igualitarismo: “tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais” (ibidem, pp. 110). Os agrupamentos tidos como de direita determinam-se pela defesa de uma

desigualdade natural entre os indivíduos; sendo a tentativa de construção de uma igualdade social entendida como uma farsa. A esquerda estaria, portanto, preocupada com a viabilidade da execução de uma igualdade material, ao passo que a direita estaria interessada em garantir e estender uma igualdade formal (todos são iguais perante a lei); em outras palavras, seguindo essa concepção, a esquerda se associa à igualdade e a direita à liberdade.

A direita, acompanhando a interpretação de Bobbio, ao assumir uma postura de aceitação apriorística das diferenças, carrega posições sociais conservadoras. Ao aceitar que as hierarquias entre os indivíduos são naturais, elas tornam-se inalienáveis e passam a ser causa e efeito do modo pelo qual a sociedade se organiza. Por conseguinte, essa concepção de sociabilidade passa a ser vinculada ao conservadorismo.

O Conservadorismo não se apresenta, nem se pretende, uma corrente de pensamento formulada a partir de pressupostos teóricos rígidos e sistematizados. Ele decorre e se caracteriza por ser um movimento reativo às alterações no sistema político existente e nos modos de funcionamento das instituições sociais. O reconhecimento da existência dessa carga emotiva na defesa da manutenção de uma ordem anterior na tradição (Bonazzi, 2010 apud Bobbio; Matteuci; Pasquino, 2010) imbui o pensamento político conservador de uma preocupação intensa com a moralidade social.

Paulo Mercadante (1980) teorizando sobre a *A consciência conservadora no Brasil* argumenta que:

Em geral, não contém a mentalidade conservadora, por si própria, predisposição teorizante. Parte de uma pragmática de que não cumpre divagar sobre as situações em que se encontram os homens naturalmente ajustados [...] Mas que o ataque ideológico de um grupo social, a pronunciar uma nova era, ou que represente interesse de grupos sociais ascendentes é que provoca no espírito conservador os tórbidos receios quanto à segurança do poder, dando margem a determinadas reações teóricas. (Mercadante, 1980: 245).

Os pressupostos da moralidade conservadora são sistematizados e expostos por Russel Kirk (2005), na obra que se tornou canônica: *A Mentalidade Conservadora*, de 1953. Não se autoproclamando nem uma religião nem uma ideologia, o pensamento conservador se caracteriza por um conjunto de valores morais balizados por uma estrutura ordenada e hierarquizada de concepção da realidade social. Essa mesma conformação é encontrada no pensamento religioso do cristianismo. Por conseguinte, não é estranho a associação que os partidos com comportamento programático religioso têm com os preceitos conservadores; o que nesse trabalho parametriza a chamada “família de partidos” (Enns, 2010) do “Conservadorismo Não-elitizado”: Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Partido da República (PR) e Partido Social Cristão (PSC).

Esses partidos conjugam posições políticas e programáticas conservadoras, denotando valores cristãos e assentando suas bases sociais e eleitorais nas classes religiosas menos abastadas e economicamente emergentes, demonstrando seu caráter duplamente não-elitizado. Os preceitos do cristianismo preconizam uma hierarquia entre os homens através de virtudes espirituais (fé, amor a Deus) e não de riquezas materiais, enquanto para a Teoria das Elites, há em toda a sociedade uma minoria privilegiada que detém o poder de forma privada, em contraposição há uma maioria desprovida deste; sendo o poder econômico, o poder ideológico e o poder político os tipos mais importantes de exercício do poder (Bobbio, 2010, pp. 385). Os partidos pertencentes à essa classificação, não se configurariam elites em nenhuma das duas acepções, pois: 1) apresentam princípios norteadores não-materiais (religião); 2) alicerçam suas bases sociais em grupos que não possuem protagonismo do controle econômico (classes menos abastadas); 3) configuram hegemonia ideológica da sociedade – religião cristã – mas que tem ou deveria ter um papel secundário como categoria de influência política e; 4) não são atores centrais no jogo político-partidário.

Seguindo nossa hipótese da existência de uma direita multifacetada, a moral conservadora não representa nem todo, nem somente, esse espectro. Alterações de paradigma ocorridas nas bases ideológicas tanto da esquerda quanto da direita, a partir dos anos 1970, influenciaram sensivelmente seus rumos contemporâneos. A emergência dos governos de Margaret Thatcher (1979) na Grã-Bretanha e de Ronald Reagan (1981) nos Estados Unidos e do neoliberalismo significou um marco refundacional da direita (Peirucci, 1999; Alves, 2000). O modelo keynesiano e *welfarista*, hegemônicos dos anos 1930 aos 1960, começa a se esgotar nos anos 1970. A “direita tradicional”, liberal no plano econômico, mas que comungava com uma burocracia estatal garantidora da harmonia social, começa a ceder lugar para um paradigma de Estado mínimo. Os choques do preço do petróleo, as crises financeiras e a queda de crescimento econômico que a Europa e os Estados Unidos enfrentam nessa década são os gargalos conjecturais para a emergência do projeto neoliberal. A mudança de ordem ocorre corroborada pelo esgotamento político do comunismo soviético e pela crise do projeto político e social da social-democracia europeia, além da reconfiguração do padrão econômico, com o aprofundamento da globalização financeira que reestruturou os modos de produção e acumulação capitalista. O pensamento de direita que se configura a partir desse panorama é chamado pela literatura de “nova direita” (Oliveira; Benetti, 2014; Gonzáles, 2013; Alves, 2000; Pierucci, 1999); sendo traduzido nesse trabalho por “Neoliberalismo Pragmático” representado pelos partidos: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Democratas (DEM) e Partido Progressista (PP).

O “Neoliberalismo Pragmático” caracteriza-se pelo enfoque conferido ao poder político da liberdade individual e do mercado. A liberdade de escolha do indivíduo garantiria espontaneamente a harmonia entre as posições individuais, sendo a solução para os problemas da ação coletiva e para o adequado acesso aos bens produzidos; ao passo que o mercado regularia as relações sociais e limitaria a

extensão política e institucional, preservando o âmbito de atuação das liberdades individuais (Babireski, 2014). O Estado dentro dessa concepção passa a ser um Estado mínimo, porém não ausente. É um Estado com burocracia reduzida, de função regulatória tanto na produção direta (estimulando a livre iniciativa e o mercado), quanto na prestação de serviços à população. O Estado planificador cede lugar ao Estado garantidor da estabilidade macroeconômica, atuando como facilitador da atividade empresarial, através de reserva de mercado, concessão de créditos para investimentos e até políticas públicas para recolocação profissional (ibidem, 2014, pp. 24-25). O Estado neoliberal torna-se pragmático em sua ação, passando a agir apenas quando as relações de mercado não forem capazes de regular a ordem social.

Bauman (1998) sintetiza os novos marcos conceituais em que se fundamenta a direita neoliberal. Essa direita reinterpreta o estado de bem-estar como uma caridade estatal impagável, transformando-o num estigma de incapazes e desvalidos. Antes tidas por direitos de cidadania e proteção social coletiva, as políticas públicas universalistas, a seguridade trabalhista e os dispositivos de previdência, passaram a ser concebidos como um sorvedouro do dinheiro dos contribuintes. Segundo o autor, nessa nova ordem “não há mais seguro coletivo contra os riscos: a tarefa de lidar com os riscos coletivamente produzidos foi privatizada” (ibidem, 1998, pp. 52).

Esse debate é embasado por Hayek (2010) em sua clássica obra *O caminho da Servidão*, na qual o autor contrapõe duas espécies de segurança com as quais os indivíduos poderiam contar, sinalizando também os limites de intervenção do Estado. O 1º tipo de segurança é a segurança limitada, que pode ser conquistada por todos e não constitui privilégio, nem apresenta uma restrição à liberdade de outrem. É possível garantir a todos um mínimo suficiente relativo à alimentação, habitação e vestimentas (uma renda mínima), para conservação da saúde e da capacidade de trabalho em uma sociedade

que atingiu um grau geral de riqueza. Também é aceitável que o Estado auxilie num esquema abrangente de previdência social para auxiliar a recolocação profissional dos trabalhadores. Já o 2º tipo de segurança – a segurança absoluta – produz injustiça e perda da liberdade individual porque pretende ser a garantia de uma renda específica que se julgue que cada um mereça. A reinvidicação desse tipo de proteção aos indivíduos contra a redução de suas rendas, segundo Hayek, é inconciliável com o sistema de livre escolha das ocupações porque demandaria um planejamento excessivo (Estado autoritário) sobre o poder de escolha dos indivíduos. Em qualquer sistema no qual a distribuição dos indivíduos entre as várias ocupações e os diferentes setores da economia resulte da escolha individual, a remuneração corresponderá à utilidade dos indivíduos para os outros membros da comunidade.

Uma intervenção mínima do Estado no mercado tem por um de seus principais propagadores e defensores Ludwig von Mises. Esse autor, assim como Hayek, sistematiza as bases epistemológicas para a compreensão neoliberal de Estado. Mises (2010) chama a atenção para a necessidade da existência do governo, pois sem ele seria impossível a cooperação social pacífica. Contudo, o governo é um meio para atingir o intento de manutenção da ordem social e; para o autor, todo meio é um custo. O único critério para apreciar as leis e os métodos usados para sua implementação é, portanto, verificar se são ou não eficientes para salvaguardar a ordem social que se deseja preservar. Se o governo não limita suas atividades à preservação da propriedade privada dos meios de produção e à proteção contra as tentativas de violência ou fraude e, ao contrário, interfere na atividade econômica através de ordens e proibições, o intervencionismo torna-se um custo. Por isso, o Estado deve apenas se restringir ao papel para o qual foi concebido: mantenedor da ordem social e da propriedade privada. Qualquer tentativa de ingerência em outros domínios, como o econômico, configura-se uma usurpação de liberdade que não lhe é própria.

Conservadorismo e neoliberalismo foram mobilizados como duas correntes norteadoras para o debate sobre as bases epistemológicas da ideologia de direita no Brasil. Partimos dos pressupostos trazidos por elas para testar a hipótese de que os partidos políticos brasileiros de direita teriam polarizado essa ideologia ao longo do tempo em dois vieses distintos - um grupo do chamado “Neoliberalismo Pragmático” – ilustrado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Democratas (DEM) e Partido Progressista (PP), e outro grupo do “Conservadorismo Não-elitizado” – representado pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Partido da República (PR) e Partido Social Cristão (PSC).

Esse último grupo - “Conservadorismo Não-elitizado” - configura um perfil de partidos ainda em consolidação no jogo político brasileiro. Partidos conservadores e de pequeno a médio porte e geralmente sem grande expressão individual, mas que fazem coligação/coalizão com bases governistas – independente do conteúdo ideológico ou pragmático dessas – tornando-se, se não o fiel da balança, um elemento relevante para a governabilidade. Apresentam as singularidades de: (1) serem partidos com relativo pouco tempo de criação, como o PR criado em 2006⁵; (2) no qual os principais nomes dessas legendas são figuras com profissões de grande apelo às massas: pastores, radialistas, apresentadores de tv; caso dos pastores Everaldo (PSC) e Marcelo Crivela (PR); (3) não necessariamente, mas comumente, denotam valores religiosos através de seus programas partidários e/ou do discurso/personalidade de seus representantes mais importantes; explicitamente corroborados pelos três partidos (Codato; Bolognesi; Roeder, 2015; Cowan, 2014).

Esses partidos diferem-se, assim, do que será chamado de “Neoliberalismo Pragmático” - partidos já institucionalizados (PFL, atual DEM e PSDB remontam sua criação à 1986 e 1989, respectivamente); herdeiros políticos

da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio à Ditadura Militar - caso do PFL; de alinhamento com a doutrina econômica liberal/neoliberal, exemplificada pela política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), com coalizão composta pelo antigo PFL (DEM); e assentados nas classes médias e elites abastadas, contemplado pelos três partidos (Alves, 2000; Carreirão, 2006). Após a ascensão dos prognósticos neoliberais nos anos 1980 e 1990, um ciclo de governos de (centro)esquerda dão início nos anos 2000 a uma virada eleitoral e programática no panorama político do Brasil e da América latina, forçando uma reconfiguração da direita na região. Surge, assim, uma cisão na estratégia de ação ou possibilidade conjectural para esse espectro: constituir-se oposição aos novos governos (PSDB e DEM) ou consolidar-se politicamente fazendo coalizão com a esquerda (PP e PR).

Os partidos do “Neoliberalismo Pragmático” assumem um discurso programático crítico às reformas e programas sociais implementados nos últimos anos pelos governos de partidos de esquerda, estabelecendo a agenda de retórica da oposição. Pregam a ortodoxia econômica, a livre iniciativa individual e no mercado, eficiência governamental e administrativa e controle do crescimento. Criticam a extensão do *Welfare State* como uma estratégia assistencialista e não pragmática. Assentam suas bases eleitorais na classe média e alta, defendendo a moralidade tradicional, a lei e a ordem. Mainwaring, Power e Meneguello (2000) em seu trabalho *Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo* argumentam que os partidos da direita tradicional apresentam um razoável sucesso na manutenção do poder político. Desde a sua formação no Império até o fim da Ditadura Militar, esses partidos têm integrado de forma consistente as coalizões nacionais, conseguindo nos anos 1990, renovar suas imagens programáticas sob o signo de liberais, vinculando-se ao governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).

5 O PR é criado em 2006, mas herdando o legado dos então extintos Partido Liberal - PL e Partido da Reedificação da Ordem Nacional - PRONA.

Os partidos que conseguiram se afastar da imagem de retrógrados e autoritários tenderam a obter melhor desempenho eleitoral entre os eleitores mais abastados e escolarizados, residentes das regiões economicamente desenvolvidas no país (2000, pp. 13). Madeira e Tarouco (2010), analisando os programas partidários do herdeiro direto da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – partido sustentáculo do Regime Militar (Kinzo, 1988): o Partido Democrático Social (PDS) e do posterior Partido da Frente Liberal (PFL) - atual Democratas (DEM), apontam para a necessidade de reinterpretação dos vínculos com a Ditadura. Os autores demonstram que quando um determinado partido possui uma posição fortemente estabelecida e contrária a da maioria do eleitorado, seu principal interesse é o de não trazer essa questão para o debate eleitoral (2010, pp. 13). Esse ponto corrobora o que já foi citado sobre os partidos de direita tradicional; os que conseguem melhor sobrevivência na redemocratização são os que mais se afastam ou superam a associação com o período autoritário (idem, 2000).

Singer (2002) traz uma contribuição relevante para marcar as fronteiras de nossa classificação. Segundo o autor, em países de forte desigualdade social, como o Brasil, há sempre um espaço aberto para o surgimento de uma direita populista, que prega mudanças e, nesse sentido, não tem um discurso conservador - contrário às transformações sociais; distingue-se da esquerda pela metodologia da mudança. Enquanto a direita populista quer reforçar a autoridade do Estado, na expectativa de que mudanças se deem “de cima para baixo”, sem risco de instabilidade social, a esquerda prega uma mudança com base social participativa (2002, pp. 60). Fernando Collor na eleição presidencial de 1989, com seu discurso “reformista moderado”, ilustra o limiar entre o que estamos parametrizando em cada uma de nossas tipologias de direita. Esse candidato propunha uma reforma do Estado

para aumentar a eficiência da máquina pública e reduzir a corrupção e a incompetência, numa construção tipicamente da direita neoliberal, que identifica no Estado a causa dos males sociais. No entanto, o caráter propriamente conservador de sua candidatura, ao preservar a ordem e reforçar a autoridade do Estado como executor de sua auto-reforma (paradoxalmente à autoridade do próprio Estado que ele atacava), aproxima-se das posições percebidas pelo “Conservadorismo Não-elitizado”.

Essa novíssima direita conflui em diversos aspectos com seu corolário, porém incorporam agendas da esquerda e do centro. Defendem o capitalismo como modelo econômico (principalmente o neoliberalismo) e os preceitos morais tradicionais; ao mesmo tempo, aceitam e se valem das vantagens políticas (e eleitorais) dos programas sociais implementados pela esquerda, reforçando, ainda, a sua desvinculação com a memória do regime ditatorial (Codato; Bolognesi; Roeder, 2015); ou seja, o conservadorismo não-elitizado “constrói-se em torno de uma tradição conservadora no âmbito social, com preferência por regimes políticos com sentido de autoridade e não autoritários, continua desconfiando das massas e vem buscando ser competitivo eleitoral e politicamente” (Babireski, 2014, pp. 26) e dentre seus eleitores e parlamentares, destacam-se grupos demográficos não-econômicos como religiosos e militares.

Alves (2000), através de *surveys*⁶ realizados com o eleitorado da cidade de São Paulo, sugere como inventário dos conteúdos ideológicos do “Conservadorismo não-elitizado” uma agenda popular e conservadora nas questões morais, e autoritária na forma de ver a política. Correligionário das medidas neoliberais de privatização e desregulamentação, esse perfil político apresentou-se tolerante às desigualdades sociais, mas inflexível em domínios morais como aborto, homossexualismo e

6 A mesma metodologia de *surveys* é utilizada por Bohn (2004) para ratificar posições conservadoras nas denominações religiosas do chamado “conservadorismo não-elitizado”; principalmente, evangélicos neopentecostais. Posições reativas ao aborto, à homossexualidade masculina, ao casamento homoafetivo e à realização de greves, mas favoráveis à intervenção do Estado nos domínios econômicos, apresentam resultados semelhantes aos encontrados por Alves (2000).

família, ainda que esses dados tenham sido pouco significativos na pesquisa. Com esses resultados, a autora também contribui para a nossa hipótese da existência de “duas direitas”:

Com base nos dados de 1993, sobre o comportamento eleitoral em 1989, constatamos a “pluralidade” da direita. Há uma direita mais ideológica, mais politizada, que defende os interesses do *laissez-faire*, que não assume totalmente o rótulo “direita”, mas que é no mínimo anti-esquerda, em geral identificada com as classes mais altas. Esta direita esteve associada ao voto em Paulo Maluf no primeiro turno. Há uma direita mais populista, personalista, que mobilizada apoio pelo viés apolítico dos temas da moralidade e pelas formas autoritárias de agir no espaço político, geralmente encontrando suas bases nas classes mais baixas (Alves, 2000: 221-222).

Cowan (2014) mostra que o moralismo identificado por Alves (2000) tem bases religiosas. Historicamente autoidentificados como apolíticos, os evangélicos no Brasil evitaram inicialmente envolvimento político, mas a partir do momento em que o país começa a reconstruir suas instituições democráticas, nas décadas de 1970 e 1980, protestantes de várias denominações começaram a eclodir na cena política. Foram delineando-se, assim, dois grupos de lideranças: os progressistas que pregavam pluralidade, democracia e equidade e; os que pavimentaram a base da direita evangélica – conservadorismo não-elitizado – uma combinação reativa a um suposto conflito moral e cultural que o momento de ruptura de regime promovia na sociedade (ibidem, 2014: 105). O último grupo foi estabelecendo ao longo de anos de pronunciamentos públicos com suas bases, a necessidade da

atuação na política. Já na década de 1980, essas lideranças passaram a apoiar publicamente os governos militares, principalmente o do presidente João Baptista Figueiredo (1979-1985), dando início a um projeto de institucionalização política do conservadorismo evangélico (ibidem, 2014); projeto esse que só tendeu a se consolidar, como ilustra a chamada Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados, composta, na 52ª Legislatura (2003-2007), por 54 membros: 28 pastores e 26 deputados autodeclarados evangélicos (Rodrigues, 2009).

Sung (2015) aprofunda essa tese da rigidez moral dos evangélicos (em especial, os neopetencostais constituintes do conservadorismo não-elitizado), argumentando que a teologia da prosperidade⁷ – principal corrente teológica seguida por essas agremiações – indica que a chave do progresso material é a obediência aos mandamentos de Deus e que o hedonismo, principalmente ligado ao homossexualismo (entendido por esses grupos como um desvio das relações sexuais tradicionais), é o resultado do afastamento do mundo moderno de Deus, isto é, a desobediência aos mandamentos de Deus.

A premência da intervenção do Estado na economia e de um Estado promotor de políticas públicas justifica-se pelo fato dessa direita religiosa (sobretudo, evangélica) decorrer de escolhas feitas pelos mais pobres⁸: setores sociais e espaços geográficos de extensa precariedade de condições e que, portanto, revelam uma completa ausência do poder público, e consequentemente, uma enorme demanda por ele (Bohn, 2004).

7 A Teologia da Prosperidade foi disseminada no Brasil a partir do final da década de 1970 com o surgimento das igrejas neopentecostais e desde então, tem ganhado cada vez mais adeptos em todas as camadas sociais. Sua forma de abordagem da Bíblia e de vivência da religião rompe com a ética protestante presente no protestantismo histórico e até mesmo com temas comuns às religiões cristãs, como a caridade, a salvação e a rejeição dos prazeres do mundo. Segundo essa doutrina, o pagamento do dízimo tornou-se um dogma obrigatório, sem o qual o fiel jamais poderá ser abençoado. Os pregadores se posicionam como profetas, homens de Deus. Na elaboração do discurso da prosperidade, há uma clara hierarquização entre emissor – o ungido – e o ouvinte – necessitado de bênçãos. Por outro lado, com o abandono da pregação apocalíptica e do fim do mundo, a TP gera uma conformação ao mundo e adequação ao modo de vida secular, sem, porém, ser desencantada. Ficar rico está ao alcance de qualquer pessoa, mas isto só será possível se a igreja estiver recebendo contribuições financeiras; para isso há uma lógica discursiva que objetiva convencer o fiel de que ele não poderá prosperar sem isso. As falas dos pastores falam de semear (a lógica camponesa) e investir (lógica empresarial) e elas estão impregnadas também de uma historicidade, da lógica neoliberal e individualista, a pobreza é falta de fé, é desobediência à igreja, portanto, é responsabilidade de quem está nessa condição. Através da TP o neopentecostalismo legítima e naturaliza a concentração de renda e a ausência ou precariedade das políticas sociais. (Sousa, 2011: 243-244).

8 Nesse mesmo trabalho, Simone Bohn (2004) contradiz uma inclinação comum em pensar que o pertencimento à uma religião no Brasil seria uma opção dos estratos sociais de baixa renda. Pelo contrário; os dados trazidos por ela mostram que 59,7% das pessoas sem vínculo religioso pertencem aos dois segmentos mais carentes da sociedade (ibidem: 298).

Retomando, por fim, à famosa definição de esquerda e direita cunhada por Bobbio (2011), enquanto o “Neoliberalismo Pragmático” primária pela manutenção do *status quo*, através de políticas para alcançar a igualdade que favorecem os já ricos (desregulamentação dos mercados, incentivos à produtividade empresarial, etc.), o “Conservadorismo Não-elitizado” reconhece que não é possível governar desconsiderando os socialmente excluídos, principalmente por seu representativo peso eleitoral. Não perseguem a igualdade plena preterida pela esquerda, nem se contentam com a defesa de uma desigualdade inevitável feita pela direita tradicional; estabelecem um pacto de igualdade de possibilidades. Em outras palavras, essa igualdade pode ser traduzida no acesso às condições materiais de bens de consumo no mercado.

3. Manifestos Partidários

Os Programas/Manifestos Partidários representam um veículo de comunicação através do qual os partidos políticos podem deliberadamente usar para formatar uma identidade junto a sua base ou podem displicentemente deixar escapar aspectos de seu posicionamento ideológico que não são amplamente vinculados por eles. Sua análise será feita utilizando a classificação desenvolvida pelo *Manifesto Research Group* (MRG)⁹, seguindo a sugestão de Budge *et alli* (2001), porém adaptando a escala proposta pelo MRG para nossa tipologia em dois grupos de partidos.

Essa metodologia apresenta as vantagens de utilizar fontes primárias; ter um alto nível de abrangência da análise; partir de uma classificação *a priori* das categorias aventadas, conferindo maior controle ao pesquisador, já que ele só aplica os parâmetros e não possui margem para arbitrar a significação de cada um deles; proporcionar uma observância direta e completa dos dados; possuir pequena margem para valoração do pesquisador; alto nível de confiabilidade dos dados; e controle das incertezas conhecido (Benoit; Laver, 2006, pp. 89).

A análise textual dos manifestos é feita utilizando o método de codificação *quasi-sentence* (Werner; Lacewell; Volkens, 2014), atribuindo-se a cada uma dessas unidades, uma ou mais das 56 categorias estabelecidas pelo MRG. Uma *quasi-sentence* é uma oração que contém apenas uma mensagem. Em alguns casos, partidos fazem uma oração por frase, o que resulta em uma *quasi-sentence* ser igual a uma frase. Quando isso não ocorre e: 1) a frase contém duas sentenças não relacionadas; ou 2) duas sentenças relacionadas, mas de aspectos diferentes do mesmo domínio, as frases devem ser cortadas: 1) antes de ponto-e-vírgula; 2) quando for possível a divisão em palavras-chave que representem as categorias; e 3) antes de conectivos, de um modo geral. Por exemplo: “*Nós resolveremos nossos estreitos laços com nossos vizinhos (107) bem como os desafios enfrentados pelos pequenos empresários neste momento de dificuldades econômicas (402)*”¹⁰ (ibidem, 2014, pp. 6). Entre essas 56 categorias, O MRG (Budge *et alli*, 2001) seleciona 26 para compor a escala esquerda-direita (ver quadro 1).

⁹ O *Manifesto Research Group* (MRG), vinculado ao *European Consortium for Political Research* (ECPR), foi lançado em 1979 com o propósito de estudar manifestos dos partidos europeus e resultou em um vasto banco de dados atualmente mantido pelo *Comparative Manifesto Project* (CMP), no *Wissenschaftszentrum*, em Berlim. O CMP reúne dados sobre posições políticas de 780 partidos em 54 países desde o pós-guerra, estimadas a partir das suas ênfases programáticas e conta com uma rede de pesquisadores associados em diversos países (Tarouco; Madeira, 2013:153).

¹⁰ Os valores 107 e 402 referem-se as categorias “Internacionalismo” e “Incentivos”, respectivamente. Cada um desses valores (categorias) é atribuído a uma frase (*quasi-sentence*) para a categorização dos programas partidários.

Quadro 1 – Composição da escala esquerda-direita

Direita		Menos	Esquerda	
104	Forças Armadas: positivo		103	Anti-imperialismo: positivo
201	Liberdades e Direitos Humanos		105	Forças Armadas: negativo
203	Constitucionalismo: positivo		106	Paz: positivo
305	Autoridade Política: positivo		107	Internacionalismo: positivo
401	Livre Iniciativa: positivo		202	Democracia
402	Incentivos: positivo		403	Regulação do Mercado: positivo
407	Protecionismo: negativo		404	Planejamento Econômico: positivo
414	Ortodoxia Econômica: positivo		406	Protecionismo: positivo
505	Limitação do Welfare State		412	Economia controlada: positivo
601	Nacionalismo: positivo		413	Nacionalização: positivo
603	Moralidade tradicional: positivo		504	Expansão do Welfare State
605	Lei e Ordem: positivo		506	Expansão da Educação
606	Harmonia Social		701	Classes trabalhadoras: positivo

Fonte: Budge *et alli* (2001:56)

A posição de um partido no contínuo esquerda-direita – Índice *Rile* ou Escala *Rile* – é dada pela diferença entre a proporção de texto programático dedicada a categorias de direita menos a proporção dedicada a categorias de esquerda; assumindo, dessa forma, valores negativos os partidos de esquerda e valores positivos os partidos de direita. Num caso extremo, um manifesto inteiramente com categorias de esquerda teria valor -100 e o seu oposto análogo valor + 100 (Budge *et alli*, 2001).

Essas 26 categorias serão os parâmetros para análise dos Manifestos Partidários e dos Projetos de Lei do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Democratas (DEM), Partido Progressista (PP), Partido da República (PR), Partido Social Cristão (PSC) e Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Para tanto, foi utilizado o *software* para análise de dados quantitativos *AtlasTI*. No programa foram inseridos cada um dos 6 manifestos/programas partidários (*documents*) e as 26 categorias

de análise (*codes*). A partir de então, cada *quasi-sentence* (*quotes*) foi marcada, atribuindo-lhe um ou mais *codes*. O processo de categorização foi realizado de forma individual e autônoma entre os documentos, por isso os resultados são apresentados em relação à proporção de cada categoria por partido.

Na tabela 1, apresentamos os percentuais de texto desconsiderando a categoria “Outros/Não codificável” – partes de texto que não exprimem nenhum valor significativo, como por exemplo em: “*Esta é a hora de recomençar, honrando o passado e vislumbrando um futuro promissor para a democrática República brasileira*” (PR, 2006); ou que expressam valores não contemplados pelo escopo desse trabalho, como “*Temos interesse direto na ampliação do leque das fontes de energia do mundo, incluindo o etanol. Ao mesmo tempo, participamos do interesse universal na regulação do uso da água e nas respostas à ameaça do aquecimento global*” (PSDB, 2007).

Tabela 1: Percentual (%) relativo de cada categoria por manifesto partidário

Espectro	Categorias	Neoliberalismo Pragmático			Conservadorismo não-elitizado		
		PSBD	DEM	PP	PR	PSC	PRTB
Direita	Forças Armadas: positivo	0	5	0	0	1,8	0
	Liberdades e Direitos Humanos	2,4	30	10	19	24	25
	Constitucionalismo: positivo	0	5	0	0	0	0
	Autoridade Política: positivo	1,6	0	0	0	0	0
	Livre Iniciativa: positivo	6,5	5	10	14	1,8	25
	Incentivos: positivo	0	0	0	0	0	0
	Protecionismo: negativo	1,6	0	0	0	0	0
	Ortodoxia Econômica: positivo	30	5	10	5	0	0
	Limitação do Welfare State	0	0	0	0	0	0
	Nacionalismo: positivo	4,9	0	10	5	0	0
	Moralidade tradicional: positivo	0	0	0	0	9,5	0
	Lei e Ordem: positivo	3,2	0	0	5	4	0
	Harmonia Social	9	10	20	19	1,8	12,5
	Subtotal	59,2	60	60	67	42,9	62,5
Esquerda	Anti-imperialismo: positivo	0	0	0	0	1,8	0
	Classes trabalhadoras: positivo	4,9	5	0	0	7,4	12,5
	Democracia	13,8	25	20	9,5	9,3	12,5
	Economia controlada: positivo	0	0	0	0	0	0
	Expansão da Educação	8,1	0	0	9,5	7,4	0
	Expansão do Welfare State	14	5	20	14	22	12,5
	Forças Armadas: negativo	0	0	0	0	0	0
	Internacionalismo: positivo	0	0	0	0	0	0
	Nacionalização: positivo	0	0	0	0	0	0
	Paz: positivo	0	5	0	0	5,5	0
	Planejamento Econômico: positivo	0	0	0	0	0	0
	Protecionismo: positivo	0	0	0	0	3,7	0
	Regulação do Mercado: positivo	0	0	0	0	0	0
	Subtotal	40,8	40	40	33	57,1	37,5
	Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria

A partir dos resultados relativos apresentados na tabela 1, podemos fazer o cálculo da posição dos partidos na escala esquerda-direita. Ordenando os manifestos pelos resultados da escala, temos que quase todos os partidos estudados encontram-se no espectro da direita, com a exceção do PSC.

Quadro 2 – Escala Rile a partir da análise dos Manifestos

+ esquerda ————— + direita				
PSC	PSDB	DEM / PP	PRTB	PR
- 14,2	+ 18,4	+ 20	+ 25	+ 34

Fonte: Elaboração própria

Apesar desse teste colocar o PSC à esquerda, acreditamos que esse caso mereça ser melhor analisado. É passível de ponderação que esse dado não negue a hipótese do trabalho de considerá-lo nos marcos da direita, porque o manifesto analisado, único confeccionado pelo partido, data da ocasião de sua criação, em 1989. Possivelmente animados pelos debates colocados pela Constituinte de 1988, os fundadores do PSC acabaram expressando uma grande preocupação com a “Expansão do *Welfare State*” e com a “Expansão da Educação”, valores tidos como de esquerda pelo modelo do MRG que representaram, respectivamente, 20% e 7% do documento partidário, inflacionando o partido para a esquerda.

Esses dados nos permitem criar um quadro para classificação dos partidos nas famílias propostas de acordo com as seguintes categorias:

Quadro 3 – Diferenças programáticas entre os partidos de direita

Categorias	Famílias de partidos	
	Neoliberalismo Pragmático	Conservadorismo não-elitizado
Comuns ao espectro da direita	201 Liberdades e Direitos Humanos	
	401 Livre Iniciativa: positivo	
	606 Harmonia Social	
	504 Expansão do <i>Welfare State</i>	
Específicas à cada família	104 Forças Armadas: positivo	603 Moralidade tradicional: positivo
	601 Nacionalismo: positivo	605 Lei e Ordem: positivo
	414 Ortodoxia econômica	701 Classes trabalhadoras: positivo

Fonte: Elaboração própria

“Liberdades e Direitos Humanos”, “Livre Iniciativa”, “Harmonia Social” e “Expansão do *Welfare State*” foram categorias comuns ao espectro da direita de acordo com os manifestos estudados; sendo que a denúncia da desigualdade social e a busca por uma justiça social condicionou a “Expansão do *Welfare State*” a ser um valor logrado pela direita brasileira, ao menos na dimensão do discurso; o que não deixa de representar uma especificidade da realidade político-social do país. Sobre essa última categoria, impressiona a robustez com que ela é mencionada por todos os partidos, chegando a figurar 20% dos conteúdos programáticos de PP e PSC.

A categoria “Expansão do *Welfare State*” foi acrescentada durante a análise como característica programática da direita porque foi percebida uma preocupação de todos os partidos em formar um discurso de conhecimento da realidade brasileira, ou seja, de ciência das desigualdades sociais do país. Comumente associados ao ideário da esquerda (Bobbio, 2011; Budge *et alli*, 2001), a preocupação com a justiça social, aparece nos documentos como a constatação de um problema, mas sem apontar causas ou propostas de solução. Estudos sobre a percepção das elites sobre a desigualdade, como o de Elisa Reis (2000), apontam esse paradoxo. Através de *surveys*, entrevistas em profundidade e artigos assinados publicados na grande mídia, a autora observa que a elite brasileira não acredita na capacidade do Estado em combater a pobreza, mas nutre a crença de que ele deve ser o responsável por esse esforço. Esses achados vêm ao encontro dos resultados desse trabalho que demonstram o reconhecimento efetivo de uma agenda versando sobre os problemas sociais do país, ainda que essa só seja possível de ser mapeada na dimensão do discurso.

A pobreza, no Brasil, cerceia a liberdade de milhões de pessoas, sem que políticas compensatórias adequadas garantam a igualdade de oportunidades, o acesso aos bens de consumo básicos e à escolha livre de cada um pelo seu próprio destino. (PR, 2006).

Consecução de um sistema econômico livre, que favoreça a prática das regras de mercado, mas que tenha como objetivo maior o bem-estar dos brasileiros e a eliminação das desigualdades sociais; (PP, s/a)

O único partido que chega a formular propostas para promover uma maior justiça social é o PSC, no qual essa temática ocupa aproximadamente 30% de seu manifesto (expansão do *welfare* – 20% – e expansão da educação – 7%).

Estabelecer rígido sistema fiscal e tributário, visando a beneficiar, particularmente, as camadas e as regiões mais carentes.

Incentivar a criação ampla de programa de reforma agrária e adotar novas medidas de combate ao latifúndio improdutivo (PSC, 1990).

“Liberdades e Direitos Humanos” é outra categoria comum à direita e que se manifesta em todos os partidos; embora sem que se adentre na dimensão dos direitos humanos. Liberdade - entendida como poder de escolha e autonomia do indivíduo frente ao Estado - e a valorização da propriedade privada, como um direito do indivíduo, são valores basilares do pensamento de direita (Friedman, 1982; Hayek, 2010; Mises, 2010, Kirk, 2005), significativamente expressos no manifesto do Democratas (30%).

Pugnar pela expansão das perspectivas de vida do cidadão, de modo a permitir que um número cada vez maior de pessoas desfrute de oportunidades cada vez melhores e que os indivíduos possam ser livres para trabalhar e criar segundo suas aptidões, respeitando cada um o direito dos demais.

Perfilar o respeito ao direito de propriedade, com reconhecimento das responsabilidades sociais inerentes ao exercício desse direito, tendo em conta que o interesse individual não pode se sobrepor ao interesse coletivo (DEM, s/a).

A valorização da “Livre Iniciativa”, do mercado, da iniciativa privada encontra expressão em todos os partidos, ainda que apresente mais significância para PR (14%) e PRTB (25%). A relevância dada a esse aspecto pelo PR pode ser associada à suas origens liberais, heranças de PL e PRONA; de maneira próxima ao PRTB e suas origens anti-getulista do MRT – Movimento Trabalhista Renovador. “Harmonia Social” também é uma categoria presente em todas as análises, mas impressiona a robustez com que se sobrepõe no documento do PR (19%).

“Forças armadas: positivo”, “Nacionalismo: positivo” e “Ortodoxia Econômica” foram categorias alocadas na família de partidos do Neoliberalismo Pragmático. Enquanto, “Moralidade tradicional”, “Lei e Ordem” e “Classes Trabalhadoras” foram usadas para tipificar a família de partidos do Conservadorismo não-elitizado. À semelhança da categoria “Expansão do *Welfare State*”, a preocupação com as “Classes Trabalhadoras” salta à vista nessa análise por representar 7% do manifesto do PSC e 12,5% do PRTB. No caso do PRTB, essa categoria aparece relacionada ao que o partido chama de “trabalhismo participativo” – a defesa de uma postura propositiva dos trabalhadores, no qual o poder de barganha com seus patrões seja realizado em condições de igualdade e sem mediação de sindicatos e do Estado, balizados, então, pela dinâmica do mercado. Dito isso, uma categoria lograda pela esquerda adquire significação própria no contexto específico em que é mobilizada.

“Eficiência governamental”, administrativa e busca pelo “Crescimento econômico” concebido por meio de um Estado mínimo e tecnocrático – Ortodoxia Econômica – é um discurso presente no programa partidário do PSDB (30%) e que no enquadramento das posturas do partido ilustra um forte viés neoliberal (Guiot, 2010).

O fato do DEM mencionar e ainda reservar 5% do seu manifesto para valorizar a instituição das “Forças Armadas”, pode revelar um vestígio do passado autoritário de seus predecessores, PDS e ARENA, à semelhança da exaltação do nacionalismo (10%) no programa do PP. Por outro lado, os 5% de correspondência da categoria “Lei e Ordem” no programa do PR representam uma preocupação canônica do pensamento conservador na manutenção de uma previsibilidade no ordenamento social (Kirk, 2005), mas que não possuem qualquer relação com proposições autoritárias, como a categoria “Forças Armadas” implícita no caso do DEM.

“Moralidade tradicional”, especialmente cristã (neopeitencostal), é uma categoria que se aplica exclusivamente ao PSC, único dos partidos assumidamente religioso

(cristianismo protestante), reforçando, assim, um viés religioso no domínio do Conservadorismo Não-elitizado. Entretanto, mesmo que o PR tenha grande quantidade de religiosos em seus quadros, esse partido se esforça em não parecer um partido religioso, ao contrário do PSC, que faz questão de reforçar esse aspecto.

Por fim, “Defesa da Democracia” aparece em todas as análises com expressiva relevância. No entanto, essa é uma categoria especialmente sintomática do espectro ideológico do DEM (25%) e do PP (20%), possivelmente associada às suas necessidades de desvinculação de um histórico autoritário, no fenômeno que Maria do Carmo Campello de Souza (1988) chama de “a direita envergonhada”. No mesmo intuito, mas com propósito diferente, PSDB (13%) confere grande importância à formação de uma imagem histórica do partido; sendo que essa é utilizada para marcar sua posição enquanto oposição ao governo atual, exaltando os logros de seus governos quando na Presidência da República.

4. Projetos de Lei

A proposição de Projetos de Lei corresponde a um espaço privilegiado da atividade parlamentar, no qual os deputados têm a autonomia de arbitrar sobre a quantidade e o conteúdo apresentados, uma vez que, nem todos os projetos se tornarão leis. Essa prerrogativa também seria menos constrangida tematicamente do que o período eleitoral e o conhecimento imediato dos eleitores engendraria, além de não ser diretamente vinculada à barganha política de governo e oposição (Dias; Menezes; Ferreira, 2012). Nessa seção, analisamos, apenas, os Projetos de Lei apresentados pelos líderes partidários¹¹ dos partidos estudados, na 54ª legislatura da Câmara dos Deputados

(2011-2015). Esses Projetos correspondem aos deputados Antônio Imbassahy, líder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Mendonça Filho, líder do Democratas (DEM); Eduardo da Fonte, liderança do Partido Progressista (PP); Bernardo Vasconcellos, liderança do Partido da República (PR); André Moura, líder do Partido Social Cristão (PSC) e; Aureo¹², líder do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB).

Essa postura justifica-se frente a interpretação de que os projetos de lei podem assumir uma postura particularista, podendo o deputado legislar para um setor determinado da sociedade. Restringir o objeto de análise às lideranças partidárias diminuiria essa tendência (Dias; Menezes; Ferreira, 2012), porque os líderes são tidos como representantes de seus partidos: encaminhando o posicionamento de suas bancadas em votações, definindo a pauta dos trabalhos legislativos e sendo formalmente eleito por seus pares, tendendo, por fim, a serem mantidos ao longo de toda uma legislatura (Figueiredo; Limongi, 1999). Mesmo quando tais projetos reflitam o atendimento de demandas de uma clientela específica associada ao líder da bancada, consideramos que tal comportamento esteja em consonância com as diretrizes partidárias, sob pena de substituição da liderança em questão (ibidem, 1999).

A análise dos Projetos de Lei seguirá a mesma metodologia utilizada para a análise dos Manifestos. As 26 categorias de esquerda e direita do *Manifesto Research Group* (ver quadro 1) são empregadas no software *AtlasTi* sob a forma de *codes* (categorias de análise). Posteriormente, à cada projeto de lei é atribuído uma ou mais categorias. Dos 204 projetos analisados, foram considerados tanto os projetos de proposição individual da liderança, quanto de proposição coletiva. Os dados estão expressos em relação à incidência de projetos por categoria de análise e estão agrupados por

¹¹ Foram considerados por lideranças partidárias, os deputados que terminaram no cargo de líder do partido ao final da legislatura estudada, por falta de dados da movimentação das lideranças no decorrer desse período. Alguns parlamentares assumem pastas de ministérios ou se candidatam a cargos majoritários e se afastam da Câmara. Quando regressam reassumem seu posto de líder da bancada.

¹² Aureo migrou para o partido Solidariedade em 2014 e o PRTB ficou sem representação na em 2014, mesmo não estando mais no PRTB, por entender que seu posicionamento político não se alterou no curto espaço de tempo e, portanto, ainda representaria o alinhamento liderança-partido.

partidos; consistindo o zero na não contemplação da categoria nos projetos. Em termos absolutos, foram analisados 10 projetos de lei do PSDB; 30 projetos do DEM; 72 projetos do PP, sendo que 28 foram de proposição individual do líder do partido, deputado Eduardo da Fonte, enquanto os 44 projetos de lei restantes assinados pelo parlamentar são encaminhamentos da mesa diretora da Câmara, na qual o deputado fez parte à época; 20 projetos do PR; 40 projetos do PSC e 32 projetos do PRTB.

Na tabela 2, exibimos os percentuais de texto desconsiderando a categoria “Outros/Não codificável” – partes de texto que não exprimem nenhum valor significativo, como o projeto de lei nº 1141 de 2011 que “denomina “Rodovia José Alencar” o trecho da rodovia BR-381 Norte, entre as cidades de Belo Horizonte a Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais” (PL 1141-2011), de autoria do deputado Bernardo Vasconcellos – líder do PR; ou que expressam valores não contemplados pelas categorias de análise desse trabalho, a exemplo do projeto de lei nº 845 de 2011 que “*dispõe sobre a elaboração de estudo de impacto ambiental para o licenciamento de antenas estações rádio-base de celulares*” (PL 845-2011), de autoria do deputado Aureo, liderança do PRTB. Dentro da categoria “Outros”, cabe ressaltar a recorrência de temas correlatos a tributação e a direitos do consumidor. Sobre tributação, muitos projetos versam sobre a desoneração do imposto de renda e sobre a concessão de isenção

à determinadas categorias de trabalhadores; chegando a representar 14,3% da proposição legislativa do líder do PSDB, Antônio Imbassahy. No que tange às resoluções sobre “direitos do consumidor”, os projetos preveem regulação das relações de mercado; sendo uma preocupação recorrente do deputado Eduardo da Fonte, com 13% da sua proposição legislativa reservada a essa temática.

Altera a Lei nº 9250, de 1995, excluindo o teto limitativo das despesas com instrução do Imposto de Renda Pessoa Física e acrescentando como despesas dedutíveis do IRPF, os gastos com cursos de idiomas, artes e informática. Altera a Lei nº 9250, de 1995, excluindo o teto limitativo das despesas com instrução do Imposto de Renda Pessoa Física e acrescentando como despesas dedutíveis do IRPF, os gastos com cursos de idiomas, artes e informática. (PL 5600-2013, autoria do deputado Antônio Imbassahy – PSDB, s/p)

Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados os veículos adquiridos por bombeiros e policiais militares, na forma que estabelece. (PL 2975-2011, autoria do deputado Áureo - PRTB, s/p)

Proíbe a cobrança da taxa de reserva, ou taxa de matrícula, cobrada antecipadamente, anterior à prestação dos serviços educacionais, com vistas a garantir a vaga do aluno no ano letivo seguinte. (PL 2959-2011, autoria do deputado André Moura - PSC, s/p).

Altera a Código de Defesa do Consumidor para disciplinar o pagamento dos documentos de cobrança e para permitir o consumidor escolher o banco para pagamento de suas faturas. (PL 713-2011, autoria do deputado Eduardo da Fonte - PP, s/p)

Tabela 2: Percentual (%) relativa de cada categoria por projeto de lei

Espectro	Categorias	Neoliberalismo Pragmático			Conservadorismo não-elitizado		
		PP	PR	PSC	PRTB	PSC	PRTB
Direita	Forças Armadas: positivo	0	0	0	0	4	12,5
	Liberdades e Direitos Humanos	0	3	2,6	0	0	0
	Constitucionalismo: positivo	0	0	0	0	0	0
	Autoridade Política: positivo	0	0	0	0	0	0
	Livre Iniciativa: positivo	16,7	16	5,1	27,2	12	12,5
	Incentivos: positivo	16,7	27	10,2	18,2	8	6,25
	Protecionismo: negativo	0	6	0	0	0	0
	Ortodoxia Econômica: positivo	0	15	0	18,2	0	0
	Limitação do Welfare State	0	3	0	0	0	0
	Nacionalismo: positivo	0	0	0	0	0	0
	Moralidade tradicional: positivo	0	0	7,7	0	8	25
	Lei e Ordem: positivo	16,7	9	33,4	18,2	8	6,25
	Harmonia Social	0	0	10,2	0	4	6,25
	Subtotal	50,1	79	69,2	81,8	44	68,75
Esquerda	Anti-imperialismo: positivo	0	0	0	0	0	0
	Classes trabalhadoras: positivo	33,3	6	5,1	18,2	32	0
	Democracia	0	3	2,6	0	0	0
	Economia controlada: positivo	0	0	0	0	0	0
	Expansão da Educação	0	3	5,1	0	4	0
	Expansão do Welfare State	16,6	0	7,7	0	12	0
	Forças Armadas: negativo	0	0	0	0	0	0
	Internacionalismo: positivo	0	0	0	0	0	0
	Nacionalização: positivo	0	0	0	0	0	0
	Paz: positivo	0	0	0	0	0	0
	Planejamento Econômico: positivo	0	3	0	0	0	0
	Protecionismo: positivo	0	0	2,6	0	0	0
	Regulação do Mercado: positivo	0	6	7,7	0	8	31,25
	Subtotal	49,9	21	30,8	18,2	56	31,25
	Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria

Desconsiderando valores não apreciados pelas categorias de direita e esquerda do modelo (tabela 2), calculamos a posição dos partidos na escala esquerda-direita através da proporção de projetos de lei abarcados por categorias contemplativas de cada um dos partidos analisados.

Quadro 4 – Escala *Rile* a partir da análise dos Projetos de Lei

+ esquerda ————— + direita					
PSC	PSDB	PRTB	PP	DEM	PR
- 12	+ 0,2	+ 37,5	+ 38,4	+ 58	+ 63,6

Fonte: Elaboração própria

À semelhança do que ocorreu na análise dos manifestos, os testes realizados com os projetos de lei também colocaram o PSC à esquerda. Embora o caso do PSC mereça uma análise mais aprofundada, a discrepância entre o resultado obtido e a hipótese do trabalho de considerá-lo como um partido de direita pode ser atribuída a limitações na aplicação do método. A categoria “Classes Trabalhadoras” relacionada ao espectro da esquerda no modelo do MRG representa, por exemplo, 32% dos projetos de lei apresentados pelo líder do PSC, deputado André Moura. No entanto, ao invés de versar sobre a consolidação de direitos trabalhistas como a categoria leva a supor, André Moura apresenta uma série de projetos de lei para fixação do piso salarial nacional de categorias como radialistas, jornalistas e corretores de imóveis.

Os conteúdos contidos nos Projetos de Lei apontaram resultados diferentes aos que se previa como características da produção legislativa de partidos de direita. Por isso, é pertinente reformular o quadro proposto na seção anterior (quadro 3) sobre as categorias constituintes de cada uma das famílias de partidos aventadas:

Quadro 5 - Diferenças programáticas entre os partidos de direita

Categorias	Famílias de partidos	
	Neoliberalismo Pragmático	Conservadorismo não-elitizado
Comuns ao espectro da direita	401 Livre Iniciativa: positivo	
	402 Incentivos: positivo	
	403 Regulação do Mercado: positivo	
	605 Lei e Ordem: positivo	
	701 Classes trabalhadoras: positivo	
Específicas à cada família	201 Liberdades e Direitos Humanos	104 Forças Armadas: positivo
	202 Democracia	603 Moralidade tradicional: positivo
	504 Expansão do <i>Welfare State</i>	606 Harmonia Social

Fonte: Elaboração própria

“Livre Iniciativa” foi a única categoria comum ao espectro da direita que se manteve da análise dos manifestos como categoria compartilhada pelas duas famílias de partido. A diferença entre os objetos de análise e a especificidade dos projetos de lei terem necessariamente uma intencionalidade prática explica, em parte, a disparidade de abordagem temática entre os manifestos partidários e os projetos de lei. “Livre Iniciativa” apresenta significância em todos os partidos, mas é especialmente premente à PR, PSDB e DEM em que figura 27,2%, 16,7% e 16,0%, respectivamente. A categoria “Incentivos” é igualmente relevante para todos os partidos e permanece presente com mais robustez em DEM – 27%, PR – 18,2% e PSDB – 16,7%.

“Regulação do mercado” é uma categoria atribuída à esquerda pelo modelo do MRG, mas que aparece como uma agenda dos partidos de direita sob a forma de regulamentação na prestação de serviços ao consumidor. Importante frisar que essa categoria constitui 31,25% dos projetos de lei apresentados pelo deputado Aureo, líder do PRTB.

Acrescenta o art. 78-A à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer regras acerca da oferta, pelas prestadoras dos serviços de telecomunicações, de relatórios detalhados dos serviços prestados (PL 1344-2011, autoria do deputado Aureo – PRTB, s/p)

Regulamenta o funcionamento das agências classificadoras de risco (Agências de Rating) no Brasil e estabelece a responsabilidade civil e penal pela emissão de classificação de riscos. (PL 4707-2012, autoria do deputado Eduardo da Fonte – PP, s/p)

“Lei e Ordem”, uma categoria delegada à família de partidos do Neoliberalismo Pragmático na análise dos manifestos, aqui apresenta trânsito comum ao espectro da direita. Atribuída à projetos que se propõem a aumentar o tempo de penas e a endurecer a tipificação de crimes, correspondem a 33,4% dos projetos de lei do PP, 18,2% do PR e 16,7% do PSDB.

Altera a redação o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para aumentar o tempo de internação e prever a reincidência em caso de ato infracional equivalente a crime hediondo e elevar a pena para o crime de corrupção de menor (PL 5524-2013, de autoria do deputado Eduardo da Fonte – PP, s/p)

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, regulando o porte de arma funcional dos integrantes dos órgãos referidos nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal, e permitindo a doação de armas de fogo, acessórios e munição apreendidas para as polícias civil, federal e militar, visando o combate ao crime e dá outras providências. (PL 6970-2013, autoria do deputado Bernardo Vasconcellos – PR, s/p)

“Classes trabalhadoras” é outra categoria atribuída à esquerda pelo modelo utilizado, mas que expressa uma preocupação da direita segundo as análises realizadas. Essa categoria representa 33,3% dos projetos do PSDB e 18,2% dos projetos do PR e constituem proposições para o atendimento de demandas setoriais, mais do que a promoção da consolidação de direitos trabalhistas.

Dispõe sobre a política de valorização do piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias (PL 7743-2014, autoria do deputado Antônio Imbassahy – PSDB, s/p)

Dispõe sobre o penhor rural de madeira, produtos madeireiros e demais produtos da floresta plantada (PL 83-2011, autoria do deputado Bernardo Vasconcellos – PR, s/p)

No bojo das categorias que se relacionam a famílias de partidos em específico, “Liberdade e Direitos Humanos”, “Democracia” e “Expansão do *Welfare*” são valores que aparecem com mais intensidade nos partidos do Neoliberalismo Pragmático, ao passo que “Forças Armadas”, “Moralidade Tradicional” e “Harmonia Social” são mais frequentes ao domínio do Conservadorismo não-elitizado.

“Liberdade e Direitos Humanos” é abordada no escopo do Neoliberalismo Pragmático com um enfoque de agravamento de penas por ações que violem a dignidade da pessoa humana (DEM) e, por vezes, permeado por uma concepção conservadora sobre os direitos humanos e sobre a preservação dessa dignidade (PP).

Dá nova redação ao artigo 136 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), que tipifica a conduta de maus-tratos, agravando as penas cominadas, dentre outras providências. (PL 6074-2013, autoria do deputado Mendonça Filho – DEM, s/p)

Altera o art. 29 do Decreto-Lei nº 891, de 1938, que prevê a possibilidade de internação compulsória de dependentes de drogas ou álcool. (PL 3365-2012, de autoria do deputado Eduardo da Fonte – PP, s/p)

“Apreço pela democracia”, também classificado pelo Manifesto como um valor de esquerda, aparece nessa análise nos termos da consolidação de instrumentos para conferir lisura às instituições políticas.

Estabelece a obrigatoriedade de identificação das doações realizadas às pessoas físicas. (PL 7171-2014, autoria do deputado Mendonça Filho – DEM, s/p)

Torna-se inafiançável crimes cometidos contra Comissões Parlamentares de Inquérito (PL 8092-2011, MESA e coparticipação do deputado Eduardo da Fonte – PP, s/p)

“Expansão do *Welfare*” é expressa nos projetos de lei através do aprofundamento de políticas sociais ou de mecanismos que reverberem com impacto social, chegando a figurar 16,6% dos projetos apresentados pelo líder do PSDB e 7,7% dos projetos apresentados pela liderança do PP.

Altera a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, com o objetivo de estender o prazo referente à política de valorização do salário mínimo e, consequentemente, o seu aumento real, mantendo os índices de correção vigentes. (PL 7469-2014, autoria do deputado Antônio Imbassahy – PSDB, entre outros, s/p)

Estabelece a inscrição automática dos beneficiários do Programa Bolsa Família na Tarifa Social de Energia Elétrica. (PL 3419-2012, do deputado Eduardo da Fonte – PP, s/p)

Pelo campo do Conservadorismo não-elitizado, a positividade das “Forças Armadas” revela uma propensão à militarização da segurança pública, seja através da valorização das carreiras desses setores, seja por meio da proteção jurídica às infrações cometidas por eles; correspondendo à 12,5% da proposição legislativa do líder do PRTB no período.

Dispõe sobre a promoção de policiais militares reformados por invalidez permanente resultante de lesão ou enfermidade adquiridas em consequência do exercício da função policial. (PL 1906-2011, autoria do deputado Aureo – PRTB, s/p)

Concede anistia aos policiais e bombeiros militares do Estado de Sergipe punidos por participar de movimentos reivindicatórios. (PL 3635-2012, autoria do deputado André Moura – PSC, s/p)

“Moralidade tradicional” representa 25% dos projetos de lei apresentados pelo líder do PRTB e 8% do PSC, no qual o conteúdo dessa categoria pode ser ilustrado pelo projeto de lei 5069-2013, de autoria do deputado Eduardo Cunha e com assinatura das lideranças dos dois partidos, Aureo – PRTB e André Moura – PSC, que criminaliza a tentativa de aborto.

Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei no. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal

Art. 127-A. Anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto, induzir ou instigar gestante a usar substância ou objeto abortivo, instruir ou orientar gestante sobre como praticar aborto, ou prestar-lhe qualquer auxílio para que o pratique, ainda que sob o pretexto de redução de danos: Pena: detenção, de quatro a oito anos. (PL 5069-2013, de autoria do deputado Eduardo Cunha e assinatura dos deputados Áureo – PRTB – e André Moura – PSC, s/p)

“Harmonia Social”, por fim, contempla projetos que visam coibir comportamentos agressivos e que ofereçam riscos à coletividade.

Proíbe a veiculação de artigos, vídeos e informativos que utilizem imagens e ilustrações na internet com o objetivo de promover ensinamentos e incentivos à violência. (PL 1205-2011, autoria do deputado André Moura – PSC, s/p)

5. Conclusão

A análise dos Manifestos Partidários e Projetos de Lei das lideranças de PSDB, DEM, PP, PR, PSC e PRTB permitiu provar nossa hipótese de que existem duas direitas no espectro ideológico dos partidos políticos brasileiros. A média das duas Escalas *Rile* (quadro 6) atesta a validade da nossa tese em considerar os partidos analisados como de direita, à exceção do PSC.

Quadro 6 – Escala *Rile* média dos resultados das duas análises

	+ esquerda				+ direita	
Partidos	PSC	PSDB	PP	PRTB	DEM	PR
Manifestos	-14,2	+18,4	+20	+25	+20	+34
Projetos de lei	-12	+0,2	+38,4	+37,5	+58	+63,6
Média	-13,1	+9,3	+29,2	+31,25	+39	+48,8

Fonte: Confecção própria

O PSC é o único partido que apresenta valores médios de esquerda de acordo com os resultados das duas análises. Podemos creditar às limitações dos objetos abordados o resultado não previsto para o PSC. O manifesto analisado, único confeccionado pelo partido, data da ocasião de sua criação, em 1989. Possivelmente animados pelos debates colocados pela Constituinte de 1988, os fundadores do PSC acabaram expressando uma grande preocupação com a “Expansão do *Welfare State*” e com a “Expansão da Educação”, valores tidos como de esquerda pelo modelo do MRG, inflexionando o partido para a esquerda. Da mesma forma com os Projetos de Lei, a categoria “Classes Trabalhadoras”, relacionada à esquerda no modelo, representa quase um terço dos projetos apresentados pelo líder do partido no período analisado; e que na prática significam o atendimento de demandas setoriais e não a defesa da consolidação e expansão de direitos trabalhistas. Uma adaptação do modelo utilizado seria pertinente nesse caso, seguindo as recomendações de Tarouco e Madeira (2013), bem como a adoção de uma metodologia própria, como o fizeram Dias, Menezes e Ferreira (2012).

O PSDB apresenta maior proporção de texto e projetos dedicados ao fomento da livre iniciativa sob uma ótica ortodoxa da economia, indo ao encontro do é postulado por uma direita neoliberal (Friedman, 1982; Hayek, 2010; Mises, 2010) no que se refere ao “Neoliberalismo Pragmático”. A “Expansão do *Welfare State*” lograda no Manifesto do partido aparece sob a forma de propaganda política ao exaltar os feitos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Presidente da República pelo PSDB. Essa postura encontra-se em consonância com as *Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade* que Elisa Reis (2000) aponta em seu trabalho, no qual demonstra que a elite brasileira reconhece a necessidade de medidas de combate à pobreza e à desigualdade e concebe que o Estado deve ser o motor desse processo.

O DEM também contempla os aspectos imputados à família de partidos do Neoliberalismo Pragmático;

especialmente notáveis através da contundência com que propõe projetos de lei versando sobre a necessidade de fortalecer a “Livre Iniciativa” e de conceber “Incentivos” – sobretudo fiscais – à determinadas atividades privadas. Já no Manifesto partidário, expressa-se uma outra faceta do Neoliberalismo Pragmático – partidos consolidados no cenário político e com o estigma de vinculação prévia com regimes autoritários. Justifica-se, dessa forma, a abordagem exaustiva de categorias como “Liberdade e Direitos Humanos” e “Apreço pela Democracia”, ilustrando o esforço de dissociação de uma genealogia ditatorial (Souza, 1988).

O PP, à semelhança do DEM, faz um esforço em seu Manifesto para desprender-se de seu passado autoritário de partido alicerce da Ditadura Militar trazendo agendas mais inclusivas, como a de “Liberdade e Direitos Humanos” e da “Harmonia Social”. Nos projetos de lei, o partido não foge à regra do Neoliberalismo Pragmático ao apresentar uma abordagem neoliberal da economia ao propor vários projetos que concedem “Incentivos” fiscais à iniciativa privada. Podemos supor, ainda, que o PP manteve resquícios de sua moral discriminatória ao conferir muita importância à projetos de lei que visam endurecer penalidades ou aumentar a tipificação de crimes.

O PR, correligionário do que chamamos nesse trabalho de família de partidos do Conservadorismo não-elitizado, apresenta em seu Manifesto preocupação com “Liberdade e Direitos Humanos”, “Harmonia Social” e “Expansão do *Welfare State*”. Cabe a extrapolação de que essa agenda trazida pelo partido se fundamenta na matriz cristã protestante ao qual ele é vinculado (Sung, 2015). Contudo, o partido empenha-se em não passar uma imagem de partido religioso; ao contrário do PSC, que se esforça na direção oposta. No tocante aos projetos de lei, sobressaem-se proposições referentes à concessão de “Incentivos” fiscais à iniciativa privada e ao robustecimento de penas, revelando uma moral social conservadora (Cowan, 2014).

O PRTB apresenta a maior parte de seu Manifesto dedicada à “Liberdade e Direitos Humanos”, “Livre Iniciativa” e “Harmonia Social”. À semelhança do PR, a agenda abordada pelo PRTB indica relação com a linha religiosa dominante no partido – cristã católica. Sobre os projetos de lei, a grande maioria tematiza sobre “Forças Armadas”, “Livre Iniciativa” e “Moralidade Tradicional” – reiterando a importância do aspecto religioso no partido.

É possível identificar traços comuns do que se caracteriza como uma identidade mínima da direita,

principalmente no que se refere à visão ortodoxa da economia; sendo essa, inclusive, a única categoria que apareceu de forma significativa em todos os partidos nas duas análises. O que os diferencia é, de um lado, a institucionalização dos partidos e o enfoque mais economicista pela família de partidos do “Neoliberalismo Pragmático” – PSDB, DEM e PP – e por outro, a valorização de uma agenda relacionada à moralidade tradicional, matizada pela influência do discurso cristão na família de partidos do “Conservadorismo Não-elitizado” – PR e PRTB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Teresa Gonzaga (2000). *Conteúdos ideológicos da nova direita no município de São Paulo: análise de surveys*. Opinião Pública, Campinas, vol. 6, n. 2, p. 187-225.

AMORIM NETO, Octávio (2011). *De Dutra a Lula*. Rio de Janeiro: Elsevier.

BABIRESKI, Flávia (2014). *A direita no Brasil, Chile e Uruguai: estudos dos programas e manifestos partidários*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BAUMAN, Zygmunt (1998). Os estranhos da era do consumo: do estado de bem-estar à prisão. In: _____. *O Mal-estar da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 49-61.

BENOIT, Kenneth. & LAVER, Michael (2006). *Party Policy in Modern Democracies*. New York: Routledge.

BOBBIO, Norberto (2011). *Direita e esquerda: Razões e significados para uma distinção política*. São Paulo: UNESP.

BOHN, Simone (2004). *Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral*. Opinião Pública, Campinas, vol. 10, n. 2, p. 288-338.

BUGDE, Ian; KLINGEMANN, Hans-Dieter; VOLKENS, Andrea *et alli* (2001). *Mapping Policy Preferences: Parties, Electors and Governments: 1945-1998*. Oxford: Oxford University Press.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (2016). *Lideranças e Bancadas*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-na-posse>. Acesso em: 3 jul. 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (2016). *Proposições*. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaSimplificada>. Acesso em: 29 out. 2016.

CARREIRÃO, Yan (2006). *Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina*. Campinas: Opinião Pública, vol. 12, nº 1, abr-maio, p. 136-163.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos (2015). “A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). *Direita, volver ! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 115-143.

CONSERVADORISMO. BONAZZI, Tiziano (2010). In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de Política*. 13.ed. Brasília: UNB, p. 242-246.

COWAN, Benjamin (2014). *“Nosso Terreno” crise moral, política evangélica e a formação da ‘Nova Direita’ brasileira*. Belo Horizonte: Varia História. vol. 30, n. 52, jan.-abr.

DEMOCRATAS (s/a). *Princípios dos Democratas*. Disponível em: <http://www.dem.org.br/wp-content/uploads/2011/01/Principios-do-Democratas.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2016.

DIAS, Márcia; MENEZES, Daiane; FERREIRA, Geison (2012). “A quem serve o Graal? Um estudo sobre a classificação ideológica dos partidos políticos através de seus projetos de lei na Alergs (2003 a 2006)”. Porto Alegre: *Civitas*. vol. 12, n. 2, p. 209-235.

ELITES, Teoria das (2010). BOBBIO, Norberto. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de Política*. 13.ed. Brasília: UNB, p. 242-246, p. 385-391.

ENNSER, Laurenz (2010). “The homogeneity of West European party families: the radical right in comparative perspective”. *Party Politics*, v.18, n.2, p. 151-171.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando (1999). “Bases institucionais do presidencialismo de coalizão”. In: *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: FGV, p. 19-39.

FLEISCHER, David (2007). Os partidos políticos. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo: UNESP, p. 303-348.

FRIEDMAN, Milton (1982). *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultura, Coleção Os Economicistas.

GONZÁLEZ, Andrea (2013). *Continuidad y cambio de los partidos de derecha chilenos: las dos almas de la derecha chilena*. Trabalho apresentado no VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), Bogotá, Colombia.

GUIOT, André Pereira (2010). “A construção da ideologia neoliberal no PSDB (1988-1994)”. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 14. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UNIRIO. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276606395_ARQUIVO_AconstrucaodaideologianeoliberalnoPSDB_1988-1994_.pdf. Acesso em: 4 maio 2016.

HAYEK, Friedrich (2010). *O caminho da servidão*. 6.ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.

KINZO, Maria D’Alva Gil (1988). *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais.

_____ (1990). O quadro partidário e a constituinte. In: LAMOUNIER, Bolívar. (org.) *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: IDESP / Sumaré.

KIRK, Russel (2005). *The Conservative Mind*. Alabama: Alabama Policy Institute.

MAINWARING, Scott; POWER, Timothy; MENEGUELLO, Rachel (2000). Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases. São Paulo: Paz e Terra.

MAYER, Rodrigo; BABIRESKI, Flávia (2012). *As diferenças dos principais partidos de direita*: um estudo sobre Brasil e Chile. In: IV Seminário Nacional Sociologia & Política, Curitiba. Anais do Evento. Curitiba: UFPR.

MERCADANTE, Paulo (1980). *A consciência conservadora no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MISES, Luwig von (2010). *Ação Humana: um tratado de economia*. 3.ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.

NOVAES, Carlos Alberto Marques (1994). Dinâmica institucional da representação: individualismo e partidos na Câmara dos Deputados. São Paulo: Novos Estudos, CEBRAP, n. 38, p. 99-147.

OLIVEIRA, Tatiana. BENETTI, Pedro (2014). As novas direitas sul-americanas: Análise das experiências chilena e colombiana. Observador On-line, Rio de Janeiro, v. 9. n.1, jan. Disponível em: http://www.opsa.com.br/images/pdf/observador/Observador_OPSA_vol_9_n_1_2014_Oliveira_e_Benetti.pdf. Acesso em: 11 de maio de 2016.

PANIZZA, Francisco (2006). *La Marea Rosa*. Análise de Conjuntura Opsi.

PARTIDO DA REPÚBLICA (2006). *Manifesto do Partido da República*. 2006. Disponível em: <http://www.partidodarepublica.org.br/partido/manifesto.html>. Acesso em: 05 jul. 2016.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (2007). Novo Programa do PSDB. Disponível em: http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Programa_PSDB_2007.pdf. Acesso em: 05 jul. 2016.

PARTIDO PROGRESSISTA (s/a). *Programa Partidário*. Disponível em: <http://www.pp.org.br/textos/453/27435/ProgramaPartidario/?sIT=119032>. Acesso em: 05 jul. 2016.

PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO (2013). Programa. Disponível em: <http://prt.org.br/2013/01/10/programa/>. Acesso em: 05 jul. 2016.

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO (1989). Histórico. Disponível em: <http://www.psc.org.br/site/partido-social-cristao/historico.html>. Acesso em: 05 jul. 2016.

PIERUCCI, Antônio Flávio (1999). *Ciladas da diferença*. 1.ed. São Paulo: Editora 34.

POWER, Timothy (2000). *The Political Right in Postauthoritarian Brazil*: Elites, institutions, and democratization. University Park: Pennsylvania State University.

REIS, Elisa (2000). *Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade*. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, n. 42.

RODRIGUES, Leôncio Martins (2009). *Mudanças na classe política brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

_____ (2002). *Partidos, ideologia e composição social*. São Paulo: Edusp.

SINGER, André (2002). *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: USP.

SOUSA, Bertone de Oliveira (2011). *A teologia da prosperidade e a redefinição do protestantismo brasileiro: uma abordagem à luz da análise do discurso*. Maringá: UEM, p. 221-245.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. (1988). A Nova República sobre a espada de Dâmocles. In: Stepan, Alfred. *Democratizando o Brasil*. São Paulo, Paz e Terra.

STOESSEL, Soledad (2014). *Giro à esquerda na América Latina do século. Revisitando os debates acadêmicos*. Santiago: *Polis*, vol. 13, n. 39, p. 123-149.

SUNG, Jung Mo (2015). *Prosperidade sim, família homossexual, não!* A nova classe média evangélica. *Psicologia USP*, São Paulo, vol. 26, n.1, p. 43-51.

TAROUCO, Gabriela; MADEIRA, Rafael (2010). *A “direita envergonhada” no Brasil: como partidos reinterpretam seus vínculos com o regime militar?* Buenos Aires: V Congresso Latino-americano de Ciência Política, ALACIP, de 28 a 30 de jul. 2010.

_____ (2013). “Partidos, Programas e o Debate sobre esquerda e direita no Brasil”. Curitiba: *Sociologia Política*, vol. 21, n. 45, mar. 2013, p. 149-165.

WERNER, Annika; LACEWELL, Onawa; VOLKENS, Andrea (2014). *Manifesto Coding Instructions* (5th revised edition). Disponível em: https://manifestoproject.wzb.eu/download/papers/handbook_2014_version_5.pdf. Acesso em: 11 dez. 2015.